

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Licenciatura em História



Trabalho de Conclusão de Curso

**A ESPANHA ISLÂMICA:
UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A OCUPAÇÃO
DA PENÍNSULA IBÉRICA**

LUIS MENDONÇA DA SILVA

PELOTAS - RS

2022

**A ESPANHA ISLÂMICA:
UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A OCUPAÇÃO
DA PENÍNSULA IBÉRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas - RS, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rejane Barreto Jardim

PELOTAS - RS
2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S586e Silva, Luis Mendonça da

A Espanha islâmica : um olhar histórico sobre a ocupação árabe da Península Ibérica / Luis Mendonça da Silva ; Rejane Barreto Jardim, orientadora. – Pelotas, 2022.

43 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Árabe. 2. Islamismo. 3. Espanha. 4. Ocupação. I. Jardim, Rejane Barreto, orient. II. Título.

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

**A ESPANHA ISLÂMICA:
UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A OCUPAÇÃO
DA PENÍNSULA IBÉRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em História, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História em Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data:

Banca examinadora:

Prof. Dra. Rejane Barreto Jardim (orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Adhemar Lourenço Da Silva Junior
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas
Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Agradecimentos

A todos aqueles que contribuíram, ou não, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Aos familiares, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, e nem a pandemia conseguiu nos separar, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

À minha colega e amiga Zani Borba, que fez as últimas correções e inseriu a numeração das páginas.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial à Prof. Rejane Barreto Jardim, pessoa de imenso saber e caráter, que tão gentilmente me acolheu.

Falam da estrada do Conhecimento...
Uns dizem tê-la achado, outros procuram-na
Mas um dia uma voz há de exclamar-lhes:
“Não há estrada nenhuma, nem vereda!”
O Rubaiyat, Omar Khayyam

Resumo

SILVA, Luis Mendonça da. **A Espanha Islâmica**: um olhar histórico sobre a ocupação Árabe da Península Ibérica. Pelotas: UFPEL, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

Este trabalho de conclusão de curso visa analisar o processo de ocupação árabe da Península Ibérica, através de algumas importantes obras sobre o assunto. Procurou-se entender a forma de povoamento antes da ocupação, de modo a estabelecer um contexto ou um fio condutor. De outro lado, outro fio condutor, tal qual, o islamismo, precisou ser estabelecido para que pudéssemos refazer a trajetória árabe do Oriente para o Ocidente. Assim, no primeiro capítulo veremos a constituição da civilização ibérica, bem como os povos que na sequência chegaram à Península, como os fenícios, os gregos, os cartagineses e os romanos. No segundo capítulo trataremos da ocupação árabe propriamente dita, a partir do advento do islamismo, bem como o legado deixado por esta ocupação.

Palavras-chave: Árabe. Islamismo. Espanha. Ocupação.

Abstract

SILVA, Luis Mendonça da. **Islamic Spain**: a historical look at the Arab occupation of the Iberian Peninsula. Pelotas: UFPEL, 2022. Completion of course work, Degree in History, Federal University of Pelotas, 2022.

This course completion work aims to analyze the Arab occupation process of the Iberian Peninsula, through some important works on the subject. It was sought to understand the form of settlement before occupation, in order to establish a context or a conductive thread. On the other hand, another conductive thread, such as Islam, had to be established so that we could redo the Arab trajectory from the East to the West. Thus, in the first chapter we will see the constitution of the Iberian civilization, as well as the peoples who in the sequence came to the peninsula, such as the Phoenicians, the Greeks, the Carthaginians and the Romans. In the second chapter we will deal with the Arab occupation itself, from the advent of Islam, as well as the legacy left by this occupation.

Keywords: Arabic. Islam. Spain. Occupation.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Povos pré-hispânicos	12
Mapa 2 Rotas comerciais fenícias.....	13
Mapa 3 Colônias fenícias e gregas	14
Mapa 4 A Hégira	22
Mapa 5 Expansão máxima do império islâmico	23
Mapa 6 Califado Omíada.....	28
Mapa 7 Emirado de Córdoba	30
Mapa 8 Taifas.....	33
Mapa 9 A Reconquista	35

SUMÁRIO

Introdução.....	10
CAPÍTULO 1 - A “ESPANHA” ANTES DA OCUPAÇÃO MUÇULMANA	11
1.1 Apresentação do capítulo.....	11
1.2 A constituição da civilização ibérica	11
1.3 Os fenícios	12
1.4 Os gregos.....	13
1.5 Os cartagineses.....	14
1.6 A Espanha romana	16
1.7 O domínio visigótico	17
1.7.1 A gênese dos visigodos.....	17
1.7.2 O reino visigótico espanhol.....	18
CAPÍTULO 2 – A OCUPAÇÃO ARÁBE	21
2.1 Apresentação do capítulo.....	21
2.2 O surgimento do Islamismo	21
2.3 A formação de uma nação	24
2.4 O Califado Omíada	26
2.5 A chegada na Península Ibérica.....	27
2.6 O emirado de Córdoba.....	28
2.7 O califado: ascensão e declínio	31
2.8 A Reconquista	33
2.9 As estruturas socioculturais do califado	35
2.9.1 A religião	36
2.9.2 A filosofia	36
2.9.2.1 Ibn Hazm	37
2.9.2.2 Ibn Rusd	38
2.10 O campo científico	38
2.11 O Árabes e as Ciências.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

Desde o início do curso eu pensava em fazer o TCC sobre o medievo, mais especificamente sobre o domínio mouro na península ibérica. Como se deu esta ocupação, o que havia antes e qual o legado desta. Sendo assim, o presente trabalho reflete um pouco essa questão, através da análise de algumas obras sobre o tema.

Por seiscentos anos aproximadamente os árabes estabeleceram um vasto Império, que se estendeu da Ásia a Europa, passando pelo norte da África, unificando povos por onde passaram, através de uma política que seguia os preceitos de uma “nova” religião, o Islamismo, e o livro que contém a Revelação, o Corão. Durante esse tempo fizeram do Mar Mediterrâneo o seu domínio, estabelecendo rotas comerciais com boa parte dos países, além de uma intrincada infraestrutura administrativa.

Diante desse contexto, este trabalho pretende apresentar os fatores políticos, econômicos e sociais que favoreceram esse processo de expansão, e de que forma serviram de alicerce para a formação deste Império. Alguns historiadores, como Albert Hourani, supõe que o aspecto econômico foi mais importante, pois a ida de Maomé para Medina se deu por conta de um desequilíbrio na região, já que o Profeta começou a acumular um poder que em seguida irradiou-se pela área, atraindo cada vez mais seguidores que pediam sua intervenção como árbitro em várias questões, inclusive econômicas. Além disso, ele também ia contra as crenças da elite econômica, fato que tanto a incomodava.

A partir do Corão temos então a imposição de uma “guerra santa” com o objetivo de difundir a Palavra, e à medida em que essa imposição se ampliava mudava a forma de governo sobre determinada região, pois os árabes quando chegavam procuravam adaptar o seu modo de governar com aquilo que encontravam em cada território, estipulando impostos, seja para os não-convertidos ou sobre a terra, bem como acampamentos militares, por onde passavam, que em seguida davam origem a povoados. Dessa forma avançaram pela África em direção ao oeste, até chegarem na Península Ibérica.

CAPÍTULO 1 - A “ESPANHA” ANTES DA OCUPAÇÃO MUÇULMANA

1.1 Apresentação do capítulo

Nesse capítulo abordaremos o contexto pré-ocupação islâmica, como se deu a ocupação do território a partir dos povos antigos, que foram os primeiros a estabelecerem-se, para depois serem dominados pelos fenícios, gregos, cartagineses, e pelos romanos.

1.2 A constituição da civilização ibérica

Segundo Martins¹, a origem do povo primitivo que primeiro ocupou essas plagas é de origem indeterminada, podendo vir de um destes ramos: o indo-europeu, o semita, o caucásico e o basco, sendo que este último parece ter sido o originário, visto que para alguns estudiosos², pode ser um antigo remanescente dos povos líbios, que migraram para a península após a invasão celta na Gália. Há notícias de que o idioma por eles falado, o basco, existe nessa região desde o século VIII a.C., sendo considerado a única língua da Europa ocidental que não pertence à família indo-europeia. Outra teoria, segundo alguns historiadores gregos³, foi a migração de um povo pré-céltico, os lígures, que a partir do século IV a. C. passou a ocupar a região, em decorrência da expulsão de seu território de origem pelos Celtas. Os lígures foram os responsáveis, segundo esses historiadores, por introduzir o sufixo “-asco”, sendo considerados pelo historiador alemão Adolf Schulten “a população mais antiga da Península Ibérica, historicamente comprovada”⁴.

Por volta do século VI a. C. os celtas chegam na península, avançando até Portugal. Em IV a. C. temos uma nova invasão céltica, extremidade norte-ocidental da Península Hispânica. Seu domínio dura até 250 a.C., quando são expulsos pelos iberos, povo de origem supostamente africana e que cujo nome batizou a península. Os celtas que não foram expulsos passaram ao domínio dos iberos, sendo denominados celtiberos, que seriam “iberos em território dos celtas”. Essa seria a teoria mais aceita, que afirma a origem africana dos primeiros habitantes, a partir de

¹ História da Civilização Ibérica, p. 30.

² Ibid, p. 31.

³ Eratóstenes, Pompônio Mela e Avieno.

⁴ Hispania: Geografia, etnologia e história. Ed Renacimiento: Sevilha, 2004

características antropológicas e do estudo dos monumentos, “espanhóis” e africanos.



1.3 Os fenícios

Ao que tudo indica⁵ é difícil estabelecer uma linha do tempo para a chegada dos fenícios, seja pela discordância entre os autores ou pelo que a arqueologia defende. Segundo ela pode ter havido uma pré-colonização fenícia, onde num momento anterior à colonização de fato pode ter havido um contato entre fenícios e indígenas. Assim parece que desde o século VIII a.C a influência oriental se faz presente, onde foi fundado (ou expandido, não se sabe exatamente) Gadir, ou Gadis (atual Cádiz) importante centro do sul da península ibérica. A seguir fundaram outros povoados, como Toscanos, Cerro del Vilar, La Fonteta ou ainda Morro de Mezquitilla⁶, sendo de extrema importância para consolidação dos fenícios em solo ibérico, bem como de outros povos.

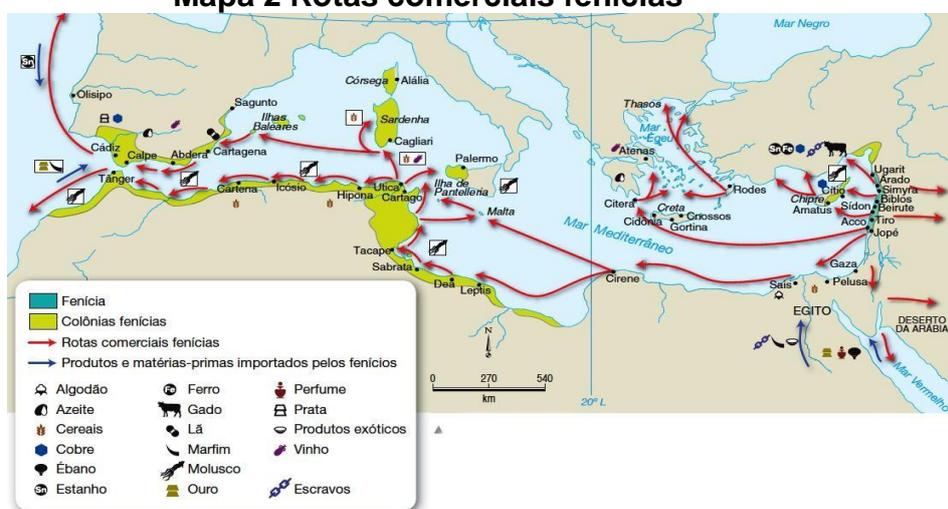
As contribuições dos fenícios foram muitas. No campo social podemos citar uma hierarquização de classes, bem como a introdução de ritos funerários. Bons navegadores, se lançaram, às navegações atlânticas, circunvagando a península e estabelecendo novas rotas comerciais. Já no campo econômico temos a extração e comercialização de metais preciosos, principalmente a prata, cujas técnicas de

⁵ (Silva, p. 48).

⁶ (Silva, p. 54).

extração e manejo foram introduzidas pelos fenícios, impactando profundamente as comunidades nativas que aí viviam, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de uma rede de trocas e de transações. Essa comercialização era feita principalmente por meio lacustre, ao que tudo indica, já que os fenícios, como já foi dito, eram exímios navegadores. Assim seguiram o traçado dos rios, como o Guadalquivir⁷, e o Guadalete, em toda a sua extensão navegável, impondo sua presença ao longo das margens através de povoados, principalmente na foz do rio Guadalquivir⁸, onde a circulação de bens e de pessoas já era considerável.

Mapa 2 Rotas comerciais fenícias



Fonte: <https://doughistoria.blogspot.com/2016/10/mapas-historicos-o-comercio-fenicio.html>

1.4 Os gregos

Povo originário da região dos Balcãs, região cujos solos são pobres em nutrientes, mas bastante rico em rochas⁹, os gregos se viram necessitados por terras mais férteis, pois o desenvolvimento da agricultura implica quase que necessariamente no desenvolvimento do comércio. Outro fator importante foram as invasões persas¹⁰ na Ásia Menor que a partir do século VI a.C se intensificaram, obrigando os gregos a procurarem alternativas à intervenção.

⁷ Sul da Península Ibérica.

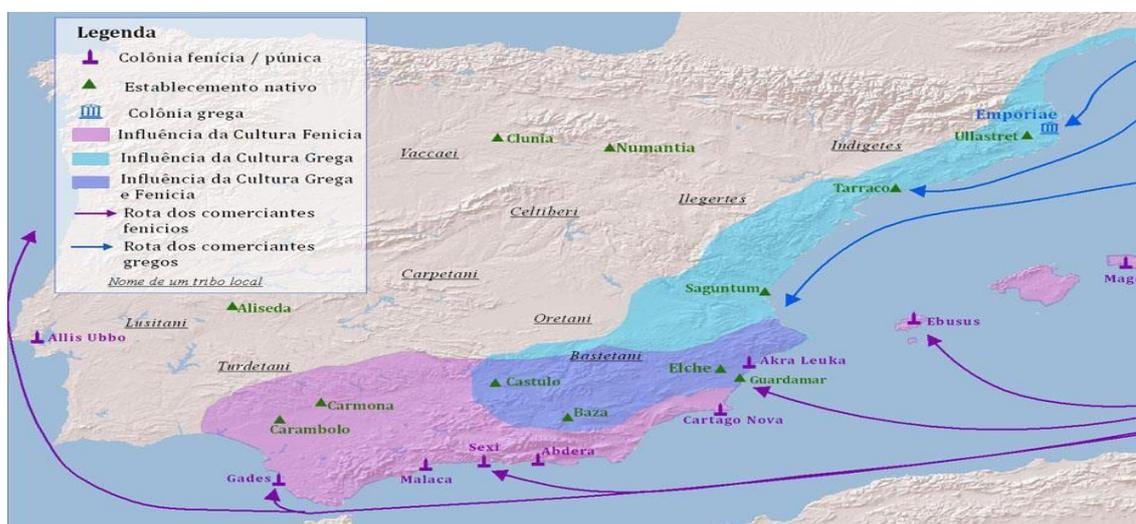
⁸ Idem.

⁹ Gomes, p. 15

¹⁰ Entre os séculos VI e V a.C., ocorreu a expansão dos domínios da Pérsia, demonstrando sua força militar. Quando essa expansão territorial se aproximou da Ásia Menor, em regiões dominadas pelos gregos, a Pérsia se tornou uma ameaça para eles. Esteve entre esses dois povos o destino da Antiguidade Oriental. Ao conquistar novos povos, os persas impunham suas vontades. Algumas cidades jônicas resolveram se rebelar contra essas imposições e contaram com apoio de Atenas. O

Essas alternativas passavam necessariamente pelo Mar Mediterrâneo, visto que este era e ainda é uma importante área de relações comerciais. Assim, a maior parte das migrações gregas se deu por esta via, onde fundaram povoamentos no sul da Península Itálica, de onde continuaram o desbravamento, chegando por fim à Península Ibérica, onde fundaram várias colônias, como por exemplo Emporion¹¹, Ullastret, Girona, dentre outras. Esse movimento migratório ajudou a expandir a cultura grega por várias partes, visto que os gregos foram deixando assentamentos por onde passaram, como “Massália (atual Marselha), Alália (atual Aléria) e por fim Emporion (atual Ampúrias)”¹²

Mapa 3 Colônias fenícias e gregas



Fonte: <http://exploremed.com/IberiaClassPt.asp?c=1>

1.5 Os cartagineses

Exímios navegadores, os cartagineses foram o primeiro povo a interagir com os iberos, obviamente pelo mar, colonizando a parte do território banhado pelo mar Mediterrâneo. Povo de origem fenícia, já tinham ocupado uma zona considerável da África Setentrional, fundando uma grande cidade-estado chamada Cartago. Com o

rei persa Dario I decidiu revidar e, em 490 a.C., iniciou uma ofensiva contra o inimigo. O ataque foi vitorioso e várias cidades gregas se tornaram domínios persas. Esse movimento deu origem às Guerras Médicas, entre Grécia e Pérsia.

7 Também chamada de Ampúrias, atualmente é um dos sítios arqueológicos mais importantes da Espanha e o mais importante no que diz respeito à presença de vestígios gregos na Espanha, localizado na província espanhola de Girona, na costa do Mediterrâneo.

¹² Gomes, p. 18

péssimo resultado da Primeira Guerra Púnica¹³, onde perderam a Sicília e o monopólio do Mediterrâneo, o chefe da cidade resolveu tomar parte da península ibérica como indenização. Com o advento da Segunda Guerra Púnica¹⁴, a península mostrou-se de grande valor, pois forneceu soldados e armamentos, permitindo uma quase vitória. Guerras à parte, a ocupação da península foi de certo modo tranquila, visto que haviam afinidades no que tange à raça, o que não significa que não houve derramamento de sangue, pois uma ocupação é sempre traumática, não importando o modo como é feita.

A essa altura a região era ocupada por tribos afastadas e estranhas, algumas inimigas de outras, sendo creditado aos cartagineses o amálgama destas na defesa do território e no desenvolvimento de novas rotas comerciais, ainda que estas tivessem suas particularidades, impedindo a formação de um Estado propriamente dito. Enquanto as tribos da parte litorânea se agrupavam em colônias cosmopolitas e de relevante importância mercantil, gregas ou púnicas, as tribos do interior ainda estavam em um estado bárbaro, a ponto de um habitante das montanhas ser impedido de entrar em alguma colônia da costa. Um bom exemplo é Empórias, uma cidade mista, separada em duas partes, uma “bárbara” e uma civilizada, por uma muralha.

Sendo assim, a ocupação cartaginesa parece ter sido mais importante racialmente do que socialmente. Etnocentricamente falando, não há como dizer que o espanhol se constitui a partir de um viés histórico e social puramente europeu, nos moldes arianos. É por isso que não há instituições cartaginesas formadas, na acepção da palavra. Por ser um governo essencialmente militar e comercial, quando essas duas características foram suprimidas houve o desmoronamento ruidoso do sistema instituído, seguido pelo da própria grande Cidade-Estado do norte da África.

Mas desta vez o sangue derramado foi enorme. Com a chegada dos romanos os cartagineses se abrigaram na sua última fortaleza, Cartago. Com o fim sangrento e avassalador desta, se fez necessário manter postos avançados com os objetivos

¹³ A Primeira Guerra Púnica foi a primeira das três Guerras Púnicas travadas entre Cartago e a República Romana. Entre 264 e 241 a.C., as duas maiores potências do Mediterrâneo lutaram pela supremacia, especialmente na Sicília e nas águas vizinhas, mas também no norte da África.

¹⁴ De 218 a.C. até 201 a.C., foi quase toda travada em território romano. Após várias vitórias por parte dos cartagineses, Roma toma a decisão que reverteria o quadro: invadir Cartago. Aníbal, general cartaginês, teve que recuar para defender sua cidade, sendo derrotado. Essa guerra fez Roma assumir o controle da península ibérica.

de combater as insurreições remanescentes e explorar a região, que era um entreposto comercial importante, além de possuir uma zona rica em minérios, como o ferro e a prata. Findas as guerras romanas na Espanha, o Império Romano pode enfim estabelecer-se, trazendo consigo a igualdade civil, romanizando a península através do foro latino, ou o foro de cidadãos romanos.

1.6 A Espanha romana

O jugo dos romanos, além da pilhagem das atrocidades comuns a todo tipo de invasão, trouxe consigo algo que os outros invasores não tinham: uma intrincada rede de direitos, deveres e garantias, base do Estado moderno, implantando por toda parte outras tantas Romas¹⁵. Divisões administrativas internas à parte, que aos poucos caíram em desuso com a implantação gradual por Caracala do direito de ser um cidadão romano a todos os súditos livres, o território espanhol fazia parte do Império Romano, com um sistema próprio de leis que se diferenciava do de outros povos, como o germânico, berço do sistema feudal. Ou seja, a Espanha se romanizou a tal ponto que não passou pelo feudalismo que foi implantado na França e na Inglaterra, por exemplo.

Contudo, a romanização da península trouxe consigo o sistema de cúrias, que seriam unidades políticas formadas pelos proprietários de terras do município, com encargos e deveres, cujos integrantes respondiam de forma solidária aos prejuízos, caso houvessem. Em contrapartida, não eram sujeitos às agruras reservadas aos plebeus, como o trabalho nas minas e a morte na fogueira. Contudo, a solidariedade imposta aos outros na hora de pagar o imposto de forma rateada daqueles que por um ou outro infortúnio não conseguissem mais arcar foi o que levou esse sistema à ruína, transformando-o praticamente numa casta, de onde era impossível escapar, com um governo próprio que concorria com a administração superior.

Para acabar com esses desmandos o imperador resolve centralizar o poder, acabando com as cúrias. Essa decisão intempestiva não acaba com a classe dos proprietários de terras, assim como também expõe a formação de uma minoria rica, latifundiária, com uma escravaria extensa e desprovida de moralidade. Nessa época

¹⁵ História da Civilização Ibérica, p. 52.

o Império Romano já se encontrava em convulsão interna, ecoando esta na península, sendo aproveitada pelos Godos.

Apesar do fim do Império, a romanização da península permanecerá, pois “o edifício está construído: pode arruinar-se, mas ficarão dele as tradições, para impedir que a nação jamais volte ao estado anterior de barbárie primitiva”¹⁶. E essa romanização traz consigo no apagar de suas luzes uma importante característica: a formação de um Estado cristão, ou um Estado dentro do Estado, onde o clero assume o controle de um Estado em decomposição, e lançando as bases das futuras cortes nacionais.

1.7 O domínio visigótico

Antes de mais nada precisamos estabelecer o contexto, o fio condutor do porquê se deslocaram por tão extensa distância.

1.7.1 A gênese dos visigodos

Segundo Santin¹⁷,

durante os três primeiros quartéis do século IV, algumas tribos de origem gótica se instalaram na região fronteira do norte da diocese (conjunto de províncias) da Dacia¹⁸, gradativamente assimilando a cultura romana.

Com a chegada repentina dos hunos, vindos do oriente, os godos não tiveram escolha a não ser rumar mais para o sul, transpassando a fronteira romana e solicitando asilo. Um acordo foi selado, permitindo a passagem e assentamento dos godos em troca de servirem no exército em caso de invasão por outras tribos. Os

¹⁶ História da Civilização Ibérica, p. 61.

¹⁷ SANTIN, 2019, p. 2-5

¹⁸ Província do Império Romano a partir de 106 d. C., considerada estratégica por estar situada ao sul do rio Danúbio, fronteira natural contra incursões em massa no território romano. A ocupação romana da região levou a uma drástica diminuição demográfica da população, diminuição esta causada, sobretudo, pelas diversas guerras entre gótipas e romanos, que causaram milhares de mortos e fuga de boa parte da população que temia a escravatura romana. Os romanos, face a este esvaziamento populacional deslocaram de várias partes do Império escravos para a exploração econômica da Dácia, e de forma a manter a autoridade romana na região foram construídas diversas fortificações. Era um território de difícil defesa para os romanos, constantemente atacados pelas mais diversas tribos vindas do Norte e da Germânia. Como consequência, no final do século III por ordem do Imperador Aureliano são retiradas as forças romanas da região e colocado um ponto final na ocupação romana da Dácia.

romanos também se comprometeram a enviar provisões. Contudo, estas foram desviadas pelo caminho, acarretando vários conflitos que se generalizaram, dando início a chamada Guerra Gótica (376-382), entre romanos e godos. Depois de muitos e encarniçados combates a paz foi negociada, pondo fim à guerra.

Findo o conflito os godos foram incorporados ao Império por Teodósio I, não mais como um povo necessitando de asilo, mas em posição de negociar, ou de decidir pela força, se necessário. Foi lhes dado o status de “federados”, cujos habitantes mantinham sua liberdade em território romano, desde que guarnecessem as regiões fronteiriças evitando o avanço de outros povos bárbaros. Contudo, esse acordo logo se revelou nulo, pois uma vez dentro do território romano os godos iniciaram incursões com o intuito de anexar terras, como por exemplo a invasão da Itália no início do século V. Essas invasões foram controladas ao serem chamados na condição de mercenários, para ajudar a defender o Império da invasão de outros povos bárbaros, como os vândalos, alanos e suevos. Vitoriosos, receberam como recompensa por parte de Honório¹⁹ as províncias de Gallia Aquitania II²⁰ e em parte da Gallia Narbonensis²¹ mesmo já ocupando em caráter não-oficial o sul da diocese da Gália.

Aos poucos toda a Gália Narbonensis foi ocupada, e logo após as outras regiões, incluindo aí também boa parte da diocese da Hispania²², constituindo o chamado “reino visigótico” (aí já eram conhecidos como visigodos). Esse reino duraria até perto de 507, quando os francos os expulsaram, forçando-os a se concentrarem quase no centro da região que hoje conhecemos como Espanha, estabelecendo uma nova capital em Toletum (atual Toledo).

1.7.2 O reino visigótico espanhol

Com a chegada à península dos primeiros invasores, outros os sucederam, como os Vândalos, os Suevos e os Álanos. Apesar de sangrenta, como toda ocupação, não teve muita resistência, seja por parte do povo, que já estava cansado

¹⁹ Imperador romano do ocidente já nos anos finais do império, sendo uma peça chave no declínio de Roma.

²⁰ Correspondente hoje à região sudoeste da França.

²¹ Correspondente hoje à região sul da França.

²² Nome dado a toda a Península Ibérica (atuais Portugal, Espanha, Andorra, Gibraltar e uma pequena parte a sul da França) durante a Roma Antiga.

da tirania administrativa romana²³, ou por parte do clero, que a via com bons olhos, pois eram mais almas a arregimentar para a Igreja. Após vencerem os outros povos invasores os godos estipularam um novo Império na Espanha, similar ao que tinham na França, política e religiosamente.

Segundo consta²⁴, agiram mais como pacificadores do que como invasores, visto que receberam dos romanos a incumbência de livrarem a região de povos invasores, e mais tarde uma nova missão, dada pelo povo, de se livrar do jugo romano. Fundado o novo reino visigodo, com sua monarquia característica, esta se assumiu católica, com um catolicismo africano, nos moldes impostos por Santo Agostinho. Contudo não houve uma simbiose imediata entre vencedores e vencidos, sendo que os povos em questão preferiram cada qual manter seu sistema de leis, respectivamente a organização nos moldes militares e a legislação romana, até onde fosse possível de acordo com o outro sistema, e vice-versa. Depois de um século os povos então se fundiram, tendo inclusive casamento entre as raças, o que ensejou a criação do Código Visigótico, com leis comuns a ambos os povos que se tornaram gerais.

Claro que esse código foi redigido pelo clero, instituição responsável pela união entre visigodos e hispano-romanos, e respeitada desde então. Esse código não possuía nada de novo, sendo uma compilação de antigas leis, alçadas à um plano mais geral. Dando ênfase mais ao público que o privado, possuir um valor mais filosófico que histórico, pois colocava a justiça como critério acima da força, limitando o poder do rei. Além disso diferia totalmente dos sistemas de leis de outros povos germânicos, pois levava em conta a intenção do delito como agravante ou atenuante, ao passo que os outros não. Em suma era uma tentativa de se tentar evitar a dissolução da Espanha romana, através da monarquia visigoda, tendo o clero como fiador.

Então foram mantidas as instituições romanas, com suas atribuições e até mesmo seus nomes, inclusive seus vícios, como por exemplo a administração civil. Apesar de um certo progresso logo a máquina pública começou a ficar refém de suas contradições internas, caindo em derrocada para um punhado de árabes, que

²³ História da Civilização Ibérica, p. 64

²⁴ História da Civilização Ibérica, p. 67

chegavam para efetivamente contribuir para a elaboração de algo novo, que fosse perdurar, apesar de eles próprios não saberem disso.

CAPÍTULO 2 – A OCUPAÇÃO ARÁBE

2.1 Apresentação do capítulo

Nesse capítulo abordaremos a ocupação islâmica propriamente dita, como se deu e qual o legado deixado. Antes precisamos fazer um retrospecto de como se deu a chegada dos árabes na península ibérica desde a península arábica, passando antes pelo surgimento do Islã.

2.2 O surgimento do Islamismo

Com a fusão de dois grandes impérios, o bizantino e o sassânida²⁵, deu-se início a uma nova ordem política, abrangendo toda a península e as províncias sírias e egípcias do Império Bizantino. Isso se deu no início do século VII, e ainda neste século o grupo que alcançou o controle deste vasto reino não foram os bizantinos e muito menos os sassânidas, mas sim os árabes da Arábia Ocidental, sobretudo de Meca. Esse povo começou a povoar o campo da área hoje chamada de Crescente Fértil, e possuía uma bem desenvolvida forma de organização social e política, adquirindo conhecimento político e militar.

Também traziam consigo uma nova ordem, uma revelação dada por Deus à Maomé compilada na forma de um livro santo e ainda em formação, o Corão. Essa revelação locupletou aquelas que já existiam, criando uma nova religião, o islamismo, diferentes das vigentes então, o judaísmo e o cristianismo. À medida que esta se difundia, ou mais precisamente os ensinamentos de Maomé, que a esta altura era visto como um profeta, passou-se a contestar os deuses vigentes e os cultos relacionados a estes. Novos cultos foram introduzidos, com Maomé adotando mais explicitamente a linha dos profetas da tradição judaica e cristã. Isso depois dos quarenta anos, pois foi por essa época que ele deixou a tribo onde vivia, dos coraixitas²⁶, e passou a pregar.

Esses questionamentos tornaram a permanência em Meca muito difícil, e Maomé acabou se exilando num vilarejo ao norte, chamado Yathrib, que seria conhecido no futuro como Medina. No futuro essa mudança irá significar o início da

²⁵ Hourani, pp. 19-21

²⁶ Integrantes da tribo árabe dominante na cidade de Meca durante o surgimento do islamismo. Era a tribo à qual pertencia a linhagem de Maomé, assim como a primeira a liderar uma oposição inicial à sua mensagem.

era muçulmana, e conhecida como Hégira. Em Medina a doutrina propagada pelo Profeta (como passou a ser conhecido Maomé) se consolidou, com a observação dos aspectos ritualísticos da religião, e também com as regras destinadas ao convívio social, como moralidade, paz, propriedade, casamento e herança, bem como seu poder. Sua influência era completa, seja em Medina ou nas cidades vizinhas. Com o tempo essas comunidades, que eram separadas por vicissitudes inerentes a elas mesmas, descobriram que possuíam um laço em comum: o fato de serem muçulmanos, sejam os governantes ou os seus membros, vivendo sob a autoridade da palavra de um Deus único.

Mapa 4 A Hégira



Fonte: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/hegira>

Sob a liderança de Maomé e atraídos pela nova religião, os adeptos formaram a *umma*, ou comunidade de fiéis, e unificaram a península arábica. Apesar de algumas divergências pontuais, a *umma* continuou a se expandir, sendo que essa expansão aconteceu até o século XIII, onde consolidaram-se os limites máximos do Império Árabe

transmutado de tal forma que para aqueles que se identificaram com a mensagem o mundo foi reorganizado.

Ao que tudo indica parte do Corão é baseada no *hadith*, ou um conjunto de histórias sobre a vida de Maomé antes e depois de sua morte, transmitidas oralmente, e a outra parte seriam as *suratas*, ou aquilo que foi revelado pelo Criador, na forma do anjo Gabriel. Tanto os *hadiths* quanto as *suratas* foram compilados na forma escrita pelos seguidores de Maomé, sendo acrescentados novos preceitos e comentários com o passar do tempo, para melhor compreensão do leitor. As *suratas* foram organizadas por temas, divididas por sua vez em versículos.

Pode-se dizer que o Corão é o sistema econômico, jurídico e político do mundo árabe, pois nele estão os preceitos ou regras para quase tudo, desde o casamento até a cobrança de impostos por parte do governante. Os *hadiths* também são importantes, mesmo sendo considerados inferiores ao livro sagrado, pois regulam as atividades cotidianas dos muçulmanos. Por exemplo, um deles preceitua que os artistas não podem reproduzir formas de animais, pois segundo ele só Deus pode dar a vida. Representar seres humanos, então nem pensar.

2.3 A formação de uma nação

Com a morte de Maomé, Abu Bakr, um de seus seguidores mais fiéis, foi escolhido como sucessor do Profeta (ou *khalifa*, de onde vem a palavra “califa”). Longe de ser um “novo” Profeta, onde alguma nova revelação poderia ser feita, o califa era o líder da comunidade, podendo se atribuir uma certa aura mística, e alguma autoridade religiosa. Abu Bakr logo se conscientizou de que poderia liderar mais do que o Profeta, através da doutrina, e empreendeu guerras para manter a unidade política formada em torno de Maomé. No final, além de manter a unidade o exército formado também subjugou o cerne dos impérios, cabendo ao segundo califa, ‘Umar ibn ‘Abd al-Khattab (634-44), conquistar toda a Arábia, parte do Império Sassânida, a província síria e a egípcia do Império Bizantino; o resto das terras sassânidas foi ocupado logo depois.

Essas guerras, apesar do sentido negativo da palavra, foram de relativa tranquilidade, sendo praticamente uma ocupação, visto que a população dos estados conquistados estava cansada da interferência do Estado em sua vida. Além disso o povo do campo ou das estepes vivia sobre seus próprios costumes, e pouco

ou nada importava quem estivesse no comando. Inclusive algumas regiões como a Síria ou o Iraque já eram ocupadas por pessoas de origem e língua árabe, sendo fácil para os líderes transferir sua lealdade dos imperadores para a nova aliança árabe.

A introdução da língua árabe em outras áreas levou consigo os ensinamentos, ou o significado, da revelação feita por Maomé. Desde o início precisou ser feito um acordo que garantisse que tanto aqueles que acreditavam piamente no Corão quanto os governantes, que como lidavam com uma série de problemas diariamente precisavam tomar suas decisões sem entrar em contradição com os ensinamentos. Assim duas coisas ocorreram: os governantes, através dos cádis ou delegados especiais administravam justiça e decidiam contendas, e os adeptos da nova doutrina tentavam levar tudo que acontecia ao julgamento da religião, alimentando-a com o intuito de formar um sistema consolidado, uma linha ideal em que a conduta humana pudesse se basear.

Não eram processos excludentes, pelo contrário. Concorriam sempre para o bem-estar e desenvolvimento da comunidade, apesar de estarem sempre lado a lado. Isso mudou com o califado abácida, em meados do segundo século islâmico (século VIII d.C.). Com a criação de um Estado centralizado e burocrático tornou-se imperioso unificar os dois caminhos, e assim o cádi tornou-se um juiz independente do poder executivo, tomando decisões à luz dos ensinamentos da religião. O Corão passou a ser a palavra literal de Deus, sendo utilizado para reger a vida do muçulmano em todos os aspectos.

À medida que a área conquistada ia se expandindo, se fazia necessário constituir acampamentos militares em determinados pontos para que a autoridade fosse exercida. Na Síria, a maioria desses acampamentos ficava nas cidades já existentes, mas em outras partes criavam-se novos núcleos: Basra e Kufa no Iraque, Fustat no Egito (do qual surgiria depois o Cairo). Com o tempo esses acampamentos se constituíram em cidades através do afluxo de imigrantes, colocando o poder nas mãos de novos governantes, e com isso gerando conflitos, apesar da coesão do grupo.

Essas tensões vieram à tona no reinado do terceiro califa, 'Uthman ibn 'Affan (644-56), onde foi depositada a esperança de reconciliação dos grupos, que acabou se revelando uma decepção, pois este acabou nomeando membros de sua própria

família para os cargos principais, fomentando o seu assassinato, em 656. Tinha início aí a primeira guerra civil na comunidade, entre o pretendente ao trono ‘Ali ibn Abi Talib e os dissidentes. ‘Ali os derrotou, mas surgiu então Mu’awiya ibn Abi Sufyan, governador da Síria e parente próximo de ‘Uthman. Entre confrontos e tréguas, ‘Ali acabou sendo assassinado, com Mu’awiya se proclamando califa, fundando o califado omíada, com capital em Damasco.

2.4 O Califado Omíada

Segundo dos quatro califados islâmicos a ser estabelecido²⁷, Damasco foi escolhida para capital porque ficava numa zona rural capaz de proporcionar o excedente de que uma corte, um governo e um exército necessitavam. Além disso a cidade ficava na costa do Mediterrâneo central, e, portanto, era mais fácil a expansão, que assim foi feita. Após cruzar o Magreb²⁸, estabelecendo sua primeira base na atual Tunísia, ocuparam o Marrocos e na sequencia passaram para a Espanha. Pelo outro lado chegaram ao Curasão e até mesmo à Índia, o que pediu um novo estilo de governo, talvez voltado mais para as questões mundanas e ao parentesco e menos para o âmbito religioso.

Isso foi feito devido ao extenso território conquistado, visto que foi nesse califado que o Império Islâmico conheceu sua maior extensão territorial, somando territórios na Índia, Ásia Central, norte da África e Península Ibérica, e só foi contido por Carlos Martel, na Batalha de Poitiers²⁹. Assim formou-se um novo sistema, militarmente instável, que preservou e se utilizou da infraestrutura encontrada nas terras que ocupou, com algumas modificações³⁰, sendo que as mais importantes foram a construção de edifícios, com a finalidade de assembleias para assunto público e também para culto comunal (daí o termo *masjid*, origem da palavra “mesquita”).

²⁷ Ortodoxo (632-661), Omíada (661-750/1031), Abássida (750-1258/1517), Fatímida (910-1171).

²⁸ O Magreb ou Magrebe (poente ou ocidente, em árabe) é a porção noroeste da África. No início do século VIII o território foi conquistado pelos árabes sob o comando de Muça ibn-Nasser.

²⁹ A Batalha de Poitiers ou Batalha de Tours, ocorrida em 732, foi considerada um dos mais importantes conflitos travados entre a Cristandade e o Islão, ou seja, entre os Francos liderados por Carlos Martel, e os Muçulmanos, liderados por Abderramão, o qual pôs fim à invasão islâmica na Europa Ocidental.

³⁰ Hourani, p. 40.

Com o tempo construções monumentais foram feitas exclusivamente para a reza, como por exemplo em Damasco, Alepo, Medina e Jerusalém, Kairuan, no Magreb, e a de Córdoba, capital árabe da Espanha. Contudo, o poder e a força crescente da comunidade muçulmana no vasto território ocupado não foram capazes de manter o califado omíada coeso. Uma a uma as regiões se sublevaram, seja por questões religiosas ou administrativas, no início do século VIII. Vários desses levantes foram contidos pelos governantes com o fortalecimento nas esferas militar e administrativa, com poucas rebeliões se desdobrando para algo mais sério. Em 740 a revolta alcançou proporções tais a partir dos territórios do oriente que o califado simplesmente se desintegrou, com derrotas sucessivas de leste para oeste, com o último califa, Marwan II, sendo perseguido até o Egito e morto em 750. Enquanto isso o novo califado era proclamado em Kufa, com Abu'l 'Abbas como primeiro califa abássida.

Com isso a capital do Império foi deslocada para Bagdá, e se iniciou um processo de descontinuidade dos califados com a instituição dos emirados, que eram califados independentes, como por exemplo Cairo e Córdoba.

2.5 A chegada na Península Ibérica

O “milagre árabe³¹” ou a rápida expansão e consolidação do Império Árabe também se repetiu na península ibérica. A partir da rápida desintegração do reino visigótico, cuja estrutura política já se encontrava em declínio e a gota d'água foi a morte do rei Vitiza, em 710. Como o herdeiro era menor de idade, o que inviabilizaria uma possível eleição, Rodrigo, um usurpador, tomou o trono através de um golpe, que dividiu o reino em dois. Os partidários do filho do rei resolvem recorrer aos muçulmanos instalados no norte da África para que a ordem natural das coisas fosse mantida.

O governador Musa, general a serviço dos omíadas, envia o oficial Tarik e uma tropa formada principalmente por berberes para auxiliar na retomada do reino. Tanto a travessia quanto a batalha com as tropas do rei Rodrigo foram efetuadas sem problemas, com Tarik impondo uma acachapante derrota a este último. Após a queda de Córdoba, caía também Toledo, a capital dos reis visigóticos, sem impor

³¹ FILHO, p. 15.

quase nenhuma resistência. A facilidade com que o andamento da incursão estava acontecendo faz os árabes repensarem o acordo feito, e o que era uma ajuda logo se transforma em uma ocupação organizada. Em 716 Musa desembarca na península com mais tropas, agora composta também de árabes. O controle total da área se dá em 716, de forma oficial, com a formação de um novo território denominado al-Andaluz.

Claro que esse domínio relâmpago não se deu sem alguns acordos. Concessão de terras em troca de rendição e/ou abdicação, liberdade de culto em troca do pagamento de um imposto e conversões não forçadas ajudam na rápida expansão árabe em terras “espanholas”. Contudo uma pequena dissidência composta por uma parcela da aristocracia goda se refugia no Norte, área montanhosa de difícil acesso, e, portanto, mais fácil de operar uma resistência. Logo as fileiras são engrossadas por tribos locais, que se mostraram insubmissas desde o tempo dos romanos, que estipulam as fronteiras desse pequeno território com o restante muçulmano. Esse será o germe da futura guerra da Reconquista.



Fonte: <https://www.gratispng.com/baixar/califado-de-c%C3%B3rdoba.html>

2.6 O emirado de Córdoba

Passada a ocupação, surge uma dúvida: como administrar o território? Como não havia estruturas prontas, o jeito foi lidar com o que havia, e procurar adaptar o que desse para ser adaptado, de acordo com a região. Essa forma de agir foi muito bem bem-vinda, pois serviu para de certa forma amalgamar o que já existia com o que estava chegando, de forma a desenvolver a península. Como a maior parte da

população havia capitulado sem lutar, as conquistas referentes à terra enquanto prêmio de guerra foram poucas, com a minoria árabe se instalando em terras ricas que foram abandonadas, como as da aristocracia e do clero nas áreas urbanas, enquanto os berberes ocuparam nas terras altas e nas serras.

Aos poucos a economia urbana revitalizou-se, graças a minoria árabe que abandonou a conjuntura então usual de regressão do ocidente bárbaro e se inseriu no mundo muçulmano, em franca expansão econômica. Isso se deveu devido a retomada e importância dos intercâmbios comerciais e também circulação monetária, com um sistema criado especialmente para esse fim. Esse sistema posteriormente se desarticulará, com a implantação das taifas e as invasões dos cristãos do Norte. Nesse contexto de forte implementação econômica se deu a integração social através da palavra do Profeta, levada pelos ocupantes. A *umma* se compôs, com o objetivo de quebrar as barreiras tribais que porventura existissem, de modo que o vínculo sagrado prevalecesse sobre o sanguíneo. Além disso ela também atua como um organismo político, uma tribo em cujo seio prosseguem as lutas internas, sejam pela hegemonia e poder ou as relações de clientela, onde a “rápida conversão dos chefes locais ao islamismo se deveu mais ao temor [do] que a convicção³²”.

Assim, o que levou várias pessoas locais influentes a se converterem foi o fato de que seriam tratados de forma menos desigual, inclusive com a promessa, em tese, de manterem suas propriedades, em troca do pagamento de um imposto.

Aos poucos o ambiente deixa de ser originariamente árabe para se tornar islâmico, completando-se assim a formação e organização do Estado. Se antes tínhamos um chefe tribal escolhido com base nos laços religiosos agora temos um califa autocrata, de cunho divino, respaldado por seu exército. Isso aconteceu também com al-Andalus, que se privilegiou ainda mais pela distância, pois sendo uma província do império muçulmano o corrente seria o governador ser nomeado pelo califado de Damasco, ou pelos representantes destes assentados no norte da África. No entanto, o que acontecia era a nomeação de um integrante de uma tribo árabe local, e tanto Damasco quanto o Magreb pouco ou nada podiam fazer, o que

³² FILHO, p. 34.

conferia a península uma certa autonomia política, ainda que com suas contradições internas e idiosincrasias.

Com o tempo essas referidas contradições, que dizem respeito ao mosaico cultural que se formou na península com povos nativos convivendo com árabes, berberes e os recém-chegados sírios, sem contar os convertidos e os não-convertidos, vai enfraquecendo o conceito de comunidade então baseada no sagrado. Soma-se a isso o fato de que muitos muçulmanos se sedentizam, abandonando em parte ou no todo seu papel militar, optando por levar uma vida mais burocrática, com todas as vantagens políticas e econômicas que se podem obter. Nasce assim uma espécie de “partido político”, com o objetivo de obter ainda mais vantagens, em detrimento de outros grupos. É nesse âmbito que Abderramã I, único sobrevivente do massacre da dinastia omíada na Síria, foge de Damasco e cria em 756 o emirado de Córdoba, com esta se tornando a capital de al-Andaluz.

Mapa 7 Emirado de Córdoba



Fonte : <https://pt.quora.com/Por-que-a-Pen%C3%ADnsula-Ib%C3%A9rica-%C3%A9-de-idioma-latino-se-houve-domina%C3%A7%C3%A3o-germ%C3%A2nica-e-%C3%A1rabe-ap%C3%B3s-a-queda-do-Imp%C3%A9rio-Romano-do-Occidente>

Para se formar esse novo emirado Abderramã implementa medidas impopulares, como restabelecimento do pagamento da integralidade do *jums*, que seria o pagamento de um quinto da riqueza adquirida de certas fontes para causas especificadas, bem como aumento da fiscalização sobre os cristãos, desrespeito aos acordos de capitulação, dentre outras. Sem contar ainda a substituição do exército tribal por mercenários. Criou também uma guarda palaciana e cargos administrativos, com integrantes de qualquer segmento podendo ocupar esses

postos, enfraquecendo com isso os laços tribais e possibilitando a montagem da nobreza palaciana e gerando descontentamentos.

Em pouco mais de cinquenta anos al-Andalus adota o sistema de Bagdá, dos califas abássidas, substituindo seu sistema de governo. A centralização vista no oriente chega enfim à Península, com uma posição teológica tradicional, ainda que o sistema judiciário seja refratário à essa centralização. Contudo esta triunfa, e os emires se rodeiam de pompas e rituais. Apesar de todo parecer normal, com um desenvolvimento urbano e econômico, internamente a pressão se intensificava, seja com as medidas impopulares impostas pelo emir, seja pela orientalização da península. Soma-se a isso as investidas dos cristãos do Norte, e também as ameaças dos carolíngios³³.

Isso fez com que o Islã ibérico se fragmentasse em vários condados, cada qual com suas peculiaridades no que diz respeito ao sistema administrativo, retornando em parte às tendências da época visigótica. Esse mosaico de sistemas durou até a ascensão do novo emir, Abderramã III, em 912. Através de uma atuação repressora conseguiu sufocar as insurreições e repelir os cristãos, unificando a península. Essa unificação veio acompanhada de sua proclamação como o primeiro califa de Córdoba, em 929. Como califa Abderramã III assumia as funções de chefe político e religioso da comunidade, sendo que esse último título era meramente nobiliárquico, pois a interpretação das Revelações era e é feita pelos teólogos, e essa interpretação é aplicada pelas escolas jurídicas, ou imanato. Não se trata, portanto, da união dos poderes temporal e espiritual na figura do califa. Segundo Andrade (1989, p.28) “não há dois poderes porque não há duas autoridades. Sucessora do Profeta e guardiã da comunidade, a autoridade califal é também restrita pela Lei”.

2.7 O califado: ascensão e declínio

Estabelecida a unificação, procedeu-se à recuperação da esfera administrativa e do poderio militar, sendo que este estabeleceu o rio Douro como fronteira entre árabes e cristãos. Apesar de se propagar a Guerra Santa para

³³ Segunda dinastia francesa que dominou grande parte da Europa entre meados do século VII e finais do século IX, cuja figura máxima foi Carlos Magno. Este lançou algumas campanhas contra os Muçulmanos na Espanha (onde é por eles derrotado em Roncevalles), estabelecendo, contudo, a Marca Hispânica.

combater os “infiéis”, investiu-se também na diplomacia, com Córdoba recebendo diversas embaixadas de nobres ocidentais, do Sacro Império até Bizâncio. Importante também foi o rompimento com o norte da África, que recolocou a península na rota do ouro, e com isso o processo de cunhagem recomeçou. Temos então um aparelho estatal, mantido à custa de tributos, que levou uma relativa estabilidade à região, permitindo a sua prosperidade e conseqüente desenvolvimento de uma civilização. Mas ainda que o Estado tivesse a aparência de um conjunto político coerente, as contradições internas continuavam ali, apesar de amortecidas.

Essas contradições internas (ou rivalidades tribais) estão aí desde o início, pois temos uma comunidade formada de várias tribos unidas por uma solidariedade comum contra os infiéis, sendo necessário conquistar para leva a Palavra adiante. Enquanto essa conquista durou manteve-se essa coesão que justificava a autoridade político-militar do Estado. No instante em que o califa decide que deve governar de acordo com seus interesses, instituindo um despotismo e organizando uma complexa rede de funcionários, nobres, transformando a Guerra Santa em “Guerra Política”, as tribos rebelam-se entre si para alguma dela assumir o poder e talvez a seu modo voltar ao processo de divulgação de sua religião. Durante algum tempo as guerras se mantiveram como forma de atenuar essas tendências desagregadoras, sendo, contudo, caras e trazendo poucos resultados, e ainda por cima faziam aumentar o contingente de escravos e de mercenários berberes, que finda a campanha procuravam outra para se manter, não interessando o lado.

Essa miríade de sentimentos e de vaidades transformadas em golpes, cismas religiosas, perseguições político-partidárias, dentre outras, leva à desintegração do califado e a formação das *taifas*, governos autônomos com os mesmos problemas em escala menor. Com isso os cristãos resolvem agir, estipulando acordos com as diversas taifas e estabelecendo acordos de paz e proteção com as que lhes pagarem melhor, e promovendo pouco a pouco a retomada do território, na chamada Reconquista Cristã. Incapazes de se defenderem, resolvem pedir auxílio para os almorávidas, império estabelecido no noroeste da África. Impingindo algumas derrotas aos cristãos, Yusuf ibn Tashfin consegue reunificar o Islã ibérico e o anexa ao seu Império, retomando a rota do ouro e promovendo uma nova euforia econômica, ainda que fugaz.

Assim, temos um movimento simultâneo do Norte e do Leste, formando os reinos de Leão e Navarra, respectivamente, com o segundo se dividindo em três partes: Navarra, Castela e Aragão. O segundo se fundiu posteriormente com Leão, a partir do casamento de Isabel (rainha de Castela e Leão) com Fernando (rei de Aragão), sendo que Leão perdeu parte de seu território para o novo Reino de Portugal. Do casamento original temos então Castela-Leão, que aos poucos foi adicionando todos os outros Estados, até que no início do século XVI houve a unificação que constituiu a monarquia espanhola.

Podemos elencar duas características que foram bastante importantes após o processo de unificação. A primeira seria a língua, onde por ter uma formação espontânea, não provocada, torna-se completamente diferente do restante da Europa, onde um movimento similar ao da Espanha estava acontecendo, visto que a reconstrução da península não foi um movimento padrão. Temos então uma miríade de idiomas, formadas a partir da antiga língua latina, alguns dos quais foram atrofiando-se pouco a pouco, transformando-se em dialetos ou mesmo extintas, como o ladino³⁵ e o guanche³⁶, respectivamente. Outros como o catalão e o galego ainda se mantêm, falada por moradores de regiões específicas, como a Catalunha e a Galícia, constituindo-se em idiomas suboficiais. Por sua vez temos como idiomas oficiais o castelhano e o português, que por serem das duas nações independentes conservaram sua completa autonomia.

A segunda característica seria a criação de um “feudalismo” completamente diferente do que então vigorava no restante do continente europeu, se por feudalismo entendermos uma relação de domínio de um senhor e a submissão de um grupo a este, no regime suserania-vassalagem. Na Península temos que todo território que possui um senhor é transmitido hereditariamente, o que pode ser considerado um feudalismo puro, no sentido literal da palavra, pelo menos em

próprias particularidades, como língua, costumes, instituições, moedas; então a unificação também foi mais religiosa do que política ou econômica, sendo esta união de cunho católico, com base na fé e na Inquisição. Portanto a partir de agora sempre que falarmos em unificação devemos ter isso em mente.

³⁵ Língua semelhante ao castelhano falada por comunidades judaicas originárias da península Ibérica.

³⁶ Língua extinta que foi falada pelos Guanches, etnia que viveu nas Ilhas Canárias até os séculos XVI ou XVII. A língua é conhecida hoje por poucas frases e palavras isoladas registradas por viajantes antigos e também por nomes de locais e por palavras assimiladas pelo dialeto canário (do castelhano).

princípio. Acontece que no estado de guerra o rei ficava com a maior parte das terras conquistadas, incluindo aí seus senhores. Então temos que todos são vassallos naturais, quer sejam do rei, da Igreja, ou de outros senhores. Ou seja, um senhorio quase feudal. E o melhor exemplo disso é a beetria³⁷, povoado onde os moradores aceitam a proteção militar de um senhor sem abrir mão de sua soberania.



2.9 As estruturas socioculturais do califado

Ao chegar na península, os muçulmanos encontraram uma estrutura pré-formada, e buscaram se adaptar a ela, realizando sínteses e concessões. Pode -se dizer que as rotas comerciais levaram a Palavra mais longe do que as guerras ou a pregação, alcançando até as muralhas a China. E para o entendimento da Palavra nada melhor do que a língua em que foi revelada, o árabe. Utilizada por diversas etnias e credos, ela “organiza o conhecimento mesclado pelo Islã³⁸”.

A implantação do Magreb e do Islã ibérico com todas as suas peculiaridades e distinções só foi possível devido a distância que os separava do oriente. Ainda assim não deixam de fazer parte do império islâmico, o que demonstra que a religião funciona como elemento aglutinador, agrupando praticamente todos os segmentos

³⁷ Povoação que na época medieval tinha o direito de escolher a pessoa mais capacitada para defender os seus interesses.

³⁸ FILHO, p. 59

sociais da península, inclusive nas disputas internas e por conta da implantação do califado.

2.9.1 A religião

No plano religioso a ortodoxia prevaleceu, com uma rotina estipulada, que apesar disso estava longe de ser imóvel. O surgimento da escola de Malik³⁹ propiciou o estudo de poesia, rudimentos de cálculo e gramática que serviam como propedêutica para a leitura do Corão. Os contatos com o Oriente traziam novas interpretações de temas tradicionais. No final o maliquismo se tornou mais flexível, evidenciando a distância entre teoria e prática. Apesar de evidentemente religiosa a sociedade muçulmana também é secular, pois não descarta os valores culturais do mundo terreno, que aparentemente deveriam estar em oposição com os ensinamentos do Profeta. Essa flexibilidade de convicções faz com que os aristocratas possam encaminhar suas dúvidas não para a religião, mas para a filosofia grega, abrindo caminho para especulações filosóficas e científicas muito além do que talvez permitisse o campo religioso.

2.9.2 A filosofia

O surgimento de uma filosofia islâmica estava desde o início sujeita ao escrutínio e a desconfiança dos teólogos, por ser supostamente uma ameaça à pureza do Islã, daí sua evolução tardia. Contudo essa ameaça não era tão leviana assim, pois o ponto de partida das especulações dizia respeito justamente à religião, onde desde cedo surgiu a controvérsia entre a concordância da filosofia com a Revelação, através dos textos de Aristóteles. Isso levou a diversos embates, principalmente durante a crise do emirado e mais tarde com o desmembramento do califado. Inclusive no declínio do califado mandou-se queimar “as obras [da

³⁹ O maliquismo é uma das quatro madhabs da fiqh, ou seja, uma escola ou corrente de direito islâmico do Islão sunita. É seguida por 20% a 35% dos muçulmanos, sendo predominante no Norte de África, África Ocidental e em alguns territórios isolados da península Arábica, estando também presente nos Emirados Árabes Unidos, Kuwait e em algumas áreas da Arábia Saudita, Omã e muitos outros países do Médio Oriente. No passado teve também grande relevância nas zonas da Europa sob domínio islâmico, particularmente na Ibéria muçulmana e no Emirado da Sicília. A principal diferença entre o maliquismo e as outras três escolas jurídicas está nas fontes usadas para determinar a jurisprudência. Todas as madhabs usam o Alcorão, a suna, bem como a ijma' (consensos ou acordos dos companheiros de Maomé) e às qiyas (analogias), mas os maliquitas usam igualmente as práticas dos primeiros habitantes muçulmanos de Medina (Amal ahl al-medina) como fonte de jurisprudência.

biblioteca de Córdoba] que tratavam de ciências antigas porque estavam mal vistas pelos velhos e eram criticadas pelos grandes⁴⁰. Essa biblioteca chegou a ter impressionantes 400 mil volumes durante o apogeu do califado.

O desmembramento do califado em condados independentes acabou com essa centralização, transformando cada um dos territórios em centros culturais, dos quais destacaram-se Córdoba, Sevilha, Toledo, Zaragoza, Granada e Málaga. Com o incremento da produção cultural temos o surgimento do primeiro filósofo andaluz, Ibn Hazm (994-1063).

2.9.2.1 Ibn Hazm

Abu Muhammad 'Ali Ibn Hazm (994-1064), ou simplesmente Ibn Hazm ou ainda Abzeme, foi um filósofo andaluz que recebeu o ensinamento dos mais célebres mestres de Córdoba em todas as disciplinas, como por exemplo ciências da Lei, história, filosofia, medicina e literatura. Em consequência de perturbações políticas ligadas ao declínio do poder omíada, é expulso de Córdoba, se refugiando em Almeria, no sul da península. Suas obras mais importantes são o seu tratado sobre as religiões e as escolas de pensamento, o *Kitab al-Fisal fi al-milal wa al-aiwa wa al-nihal* e *O Colar da Pomba*, considerada uma obra-prima arábico-andaluz por conter uma das mais belas narrativas em prosa e verso sobre o amor, as maneiras e as consequências de se apaixonar. Foi escrita no séc. XI quando este estava exilado na cidade de Játiva por questões políticas; a obra traz um relato nostálgico da juventude do autor na cidade de Córdoba, na época do Califado Omíada de Al-Andalus.

Aqui temos um exemplo interessante de como as questões filosóficas e religiosas repercutem nas obras literárias. Outro bom exemplo é *O Vivente, filho do Vigilante*. Através da razão o protagonista descobre verdades físicas e metafísicas, sendo que o Vivente representaria a razão, e o Vigilante, Deus. Essa busca pela concordância entre a verdade racional e a Verdade Revelada é um tema bastante recorrente na obra de outro filósofo andaluz, e talvez o maior deles, Ibn Rusd, ou simplesmente Averróis.

⁴⁰ FILHO, p. 61

2.9.2.2 Ibn Rusd

Ibn Rusd, ou Averróis (1126-1198), foi o maior filósofo andaluz. Descendente de uma longa linhagem de importantes juristas da Espanha muçulmana, recebeu uma formação completa em teologia, direito, medicina, matemática, astronomia e filosofia. A partir do apoio do califa almôada Abu Yaqub Yusuf, em 565, inicia uma série de comentários sobre as obras de Aristóteles, compartilhando a concepção de Deus como motor imóvel⁴¹ que move eternamente um mundo eternamente existente não feito nem conhecido por ele, bem como a mortalidade e corruptibilidade da alma, o que choca-se com as concepções cristãs de um mundo criado por Deus e uma alma imortal e incorruptível. Torna-se também médico pessoal desse mesmo califa. Buscou a concordância entre o raciocínio e a Revelação, sendo que se o primeiro é correto, não pode induzir ao erro. Além disso queria também que houvesse uma igualdade entre a razão e a Verdade Revelada, mas de modo que isso não implicasse numa laicização ou num ataque ao Islã. Logo sua obra atrai a ira dos teólogos, que ordena a queima de seus livros e incitam a população contra ele. Apesar de ter a proteção de vários sultões acaba sendo condenado ao desterro no Marrocos, onde morre em 1198.

2.10 O campo científico

No campo científico os árabes também deixaram a sua marca na península ibérica, através de aprendizados, difusões e adaptações, apesar de sofrer com as imposições da religião. Um ótimo exemplo de difusão seriam os algarismos arábicos, que apesar de parecerem relativos à Arábia na verdade provém da Índia, da qual são trazidos por mercadores à península e aos poucos chegam aos cristãos.

⁴¹ O motor imóvel ou primeiro motor é um conceito avançado por Aristóteles como causa primária (ou primeira causa não causada) ou "motor" de todo o movimento no universo. Como está implícito no nome, o "motor imóvel" move outras coisas, mas não é movido por nenhuma ação anterior. Na sua obra *Metafísica* Aristóteles descreve esse mecanismo como "sendo perfeitamente belo, indivisível e contemplando apenas a contemplação perfeita: autocontemplação." Esse conceito foi amplamente utilizado durante o período medieval, como por exemplo por São Tomas de Aquino, que o descreve nas *Cinco Vias*, ou os cinco argumentos que provam a existência de Deus cuja demonstração é de natureza exclusivamente filosófico-metafísica, sem recorrer, portanto, ao dogmatismo.

2.11 O Árabes e as Ciências

No campo científico os árabes também deixaram a sua marca na península ibérica, através de aprendizados, difusões e adaptações, apesar de sofrer com as imposições da religião. Um ótimo exemplo de difusão seriam os algarismos arábicos, que apesar de parecerem relativos à Arábia na verdade provém da Índia, da qual são trazidos por mercadores à península e aos poucos chegam aos cristãos.

Não há dúvidas quanto ao fato de que os árabes, de alguma forma, nos deixaram esplêndidos manuais que foram de grande influência posterior e pode-se dizer ainda hoje, como por exemplo *O Tratado das Medidas e das Frações, A Forma da Terra*, referentes à Matemática e a à Astronomia, dentre outros. Na Medicina podemos citar a epidemia da peste negra no século XIV, onde os sábios andaluzes se anteciparam à Europa Ocidental e elaboraram medidas de prevenção à doença.

Não poderíamos terminar esse estudo sem mencionar também a arquitetura árabe, cujo o símbolo maior é a grande Mesquita, erigida em Córdoba, entre os anos de 784 e 786, sofrendo ampliações até 988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um pequeno trabalho dentro do universo do mundo árabe. Seria preciso muito mais para entender de forma bem mais detalhada como se deu a expansão militar do Islamismo, quais fatores a influenciaram e a sua “consequência”, a formação do Império Islâmico. Acredito que ele se prestou bem ao que se propôs, que seria um estudo sobre a ocupação Árabe na Península Ibérica a partir dos vieses político, econômico, social e militar. Talvez mais militar do que qualquer outra coisa.

Então, no campo militar temos a elaboração de um objetivo em comum, que seria a expansão do Islã, através da união pela fé. E a essência dele seria a *umma*, a “comunidade dos crentes”⁴². Essa expansão foi muito favorecida com a adaptação feita pelos muçulmanos das estruturas sociais e políticas por onde passaram, bem

⁴² (SILVA, 2007, p. 50).

como a capacidade de amalgamar o seu conhecimento com o conhecimento “nativo”.

Assim, a ocupação e expansão só puderam se efetuar por causa dessa capacidade e também pela criação de uma nova identidade islâmica, através da formação de uma nova comunidade.

REFERÊNCIAS

AL-JABRI, Mohammed. **Introdução à Crítica da Razão Árabe**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1999

ANDRADE,

BARUQUE, Julio. **Cristianos, judíos y musulmanes**. Barcelona, Espanha: Editorial Critica, 2007.

BITTAR, Eduardo. **O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval**. Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição - ANO XII, nº. 24 -2009, pp. 61-103.

CAMPANINI, Massimo. **Introdução à Filosofia Islâmica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

CASTRO, Americo. **La Realidad Histórica de España**. México: Editorial Porrúa S. A.: 1987.

CHEJNE, Anwar. **História De España Musulmana**. Tradução de Pilar Vila. Minnesota, USA: University of Minnesota Press, 1974.

FILHO, Ruy. **Andrade Os muçulmanos na península Ibérica**. São Paulo: Contexto, 1989.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, Crosley Rodrigues. **As migrações gregas: um estudo sobre a chegada dos gregos na Península Ibérica**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Ibérica, Universidade Federal de Alfenas, MG, 2017.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LANNES, Suelen Borges de. **A Formação do Império Árabe Islâmico: História e Interpretações**. Dissertação (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, Oliveira. **História da Civilização Ibérica**. Livros de Bolso Europa-América: Publicações Europa-América, [1990].

SILVA, Daniele Sandes da. **O Profeta e a Umma: a formação da unidade político-religiosa de Medina no século VII**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVA, João Pedro Oliveira. **Os Primeiros Momentos da Colonização Fenícia na Península Ibérica: uma visão síntese das realidades socioeconômicas de Gadir em**

contacto com os indígenas. Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 47-62, eBook.

VERNET, Juan. **El Corán**. Traduzido por Juan Vernet. Barcelona, Espanha: Plaza & Janés, 2004.

MAPAS

CAPÍTULO 1

MAPA 1: <https://www.timetoast.com/timelines/los-hitos-de-importante-desarrollo-del-espanol> Acessado em: 03 jun 22.

MAPA 2: <https://doughnahistoria.blogspot.com/2016/10/mapas-historicos-o-comercio-fenicio.html> Acessado em: 01 jun 22.

MAPA 3: <http://explorethemed.com/IberiaClassPt.asp?c=1> Acessado em: 03 jun 22.

CAPÍTULO 2

MAPA 4: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/hegira> Acessado em: 21 mai 2022

MAPA 5: <http://www.megatimes.com.br/2012/02/imperio-arabe-630-1258.html>
Acessado em: 21 mai 2022

MAPA 6: <https://www.gratispng.com/baixar/califado-de-c%C3%B3rdoba.html>
Acessado em: 23 mai 2022

MAPA 7: <https://pt.quora.com/Por-que-a-Pen%C3%ADnsula-Ib%C3%A9rica-%C3%A9-de-idioma-latino-se-houve-domina%C3%A7%C3%A3o-germ%C3%A2nica-e-%C3%A1rabe-ap%C3%B3s-a-queda-do-Imp%C3%A9rio-Romano-do-Occidente>
Acessado em: 24 mai 2022

MAPA 8: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Reinos_de_Taifas_en_1080.svg
Acessado em: 24 mai 2022

MAPA 9: <https://brainly.com.br/tarefa/16598607> Acessado em: 24 mai 2022